

Apresentação

A presente edição da revista traz um dossiê sobre a problemática mais persistente nas análises acadêmicas contemporâneas – a questão das desigualdades sociais – buscando reconhecer sua importância atual.

Desde os conflitos que marcaram a gênese e o modo de modernização das sociedades ocidentais, um modelo convergente de contradições econômicas na organização social dos territórios demarcou campos antagônicos de lutas entre atores sociais, na definição de direitos e dos modelos de democracia prevalentes em tais sociedades.

Os processos de mundialização em curso criaram condições nas quais as desigualdades econômicas desdobraram-se em novas contradições, tornando difuso e desterritorializado o cenário das lutas sociais contemporâneas por acesso a direitos e pela consolidação da democracia. Nesses processos, as sociedades semiperiféricas e periféricas ao modo de modernização ocidental foram as mais afetadas pelas transformações em curso.

Um dos aspectos mais amplos dessa nova configuração das desigualdades está destacado no artigo de José Rogério Lopes e José Luiz Bica de Mélo, que abre o dossiê: nela emerge um horizonte de condicionamentos definido por novas formas de estratificação e conflitos sociais, que alteram as escalas de percepção e resolução das demandas coletivas, desterritorializando as lutas sociais por direitos e, por conseguinte, os próprios direitos.

José Marin e Pierre R. Dasen também analisam esse horizonte de condicionamentos e processos, de uma perspectiva intercultural, mostrando como a disparidade da qualidade dos serviços educacionais entre países ricos e pobres provocam migrações e intensificam os contrastes que estão na base da diversidade cultural, elemento importante para pensar as possibilidades e esperanças de um número crescente de pessoas a constituir a sociedade civil.

Ainda no rastro da diversidade, ou da hibridização, o artigo de Sílvia Ferreira também discute a constituição da sociedade civil, frente às transformações contemporâneas. Considerando as fronteiras que se enformam entre o Estado, a economia e a sociedade, de maneira a equacionar as formas de governação com a nova questão social, a autora propõe uma definição relacional da sociedade civil, como mediadora entre as exigências e necessidades do mundo da vida e os sistemas sociais.

O artigo de Claudia Danani fecha esse primeiro circuito. A autora discute conceitualmente as diferenças entre as idéias de igualdade e equidade e analisa as razões pelas quais os governos neoliberais adotam a segunda como objetivo a orientar as reformas das suas políticas sociais. Frente a tal cenário, aponta a necessidade de recuperar o potencial das políticas de saúde e educação para a promoção da cidadania, propondo uma nova aliança entre trabalhadores do setor público e usuários desses serviços.

Um segundo circuito do dossiê aqui apresentado traz dois artigos. O artigo de Aloisio Ruscheinsky retoma o debate histórico-econômico sobre a relação entre desigualdades e direitos, acrescentando-lhe as dimensões política e cultural, desde a realidade brasileira. Dessa abordagem, aponta também para a persistência das desigualdades, identificando conflitos e paradoxos na configuração da democracia que entravam a efetivação universal de direitos e cidadania.

Também abordando a realidade brasileira, o artigo de Lígia Lückmann e Julian Borba analisa a capacidade de inclusão dos setores mais empobrecidos da população em processos e experiências participativas, com foco nos Conselhos Gestores e nos Orçamentos Participativos. Tal análise permite refletir sobre os limites e possibilidades de participação e representação políticas de tais setores, frente ao novo quadro institucional.

O terceiro circuito discute a efetividade das políticas de reconhecimento frente às desigualdades. Rafael Bayce analisa os modelos de políticas públicas que predominaram nas sociedades ocidentais, construídos sobre a oferta iluminista da satisfação coletiva de demandas sociais, e discute sua efetividade frente às demandas da sociedade de consumo e da cultura pós-moderna, mais exigentes e variadas. Dessa análise, afirma que a permanência das políticas clássicas configura um simulacro paradoxal, sustentado no retorno político-eleitoral que seu reconhecimento social garante aos governos.

O artigo de Alex Pizzio encerra o dossiê, analisando os vínculos entre as políticas de reconhecimento e os processos identitários. Para o autor, a ausência de reconhecimento encerra as pessoas em modalidades sociais falsas ou redutoras. Já as políticas de reconhecimento abrem um campo de possibilidades aos projetos individuais e coletivos, ampliando os direitos de cidadania, com reflexos na diminuição das desigualdades sociais.

A seção Opinião traz uma análise do filme *Tropa de Elite*, elaborada por Juan Pablo Chiapara. O autor discute o impacto do filme na opinião pública brasileira, afirmando que ele se deve à exteriorização do profundo corte classista que caracteriza a sociedade brasileira e se perpetua nas grandes cidades. Na opinião do autor, o filme se inscreve nas realizações atuais que valorizam um voyeurismo de classe e um turismo de favela.

Enfim, consideramos esse painel diversificado e denso de análises como uma contribuição ao campo das reflexões que se debruçam sobre a questão social hoje. Afinal, se as desigualdades sociais persistem, mais persistentes devem ser as análises que busquem elementos para sua diminuição.

José Rogério Lopes
Comitê Editorial

